



Economia solidária e inovação social: comparação entre Brasil e Bolívia¹

Solidarity economy and social innovation: comparison between Brazil and Bolivia

Economía solidaria e innovación social: comparación entre Brasil y Bolivia

Daniel Francisco Nagao Menezes – Universidade Presbiteriana Mackenzie | São Paulo | SP | Brasil | E-mail: nagao.menezes@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0001-9151-5699>

Resumo: O presente texto analisará comparativamente a relação entre Economia Solidária e Inovação Social na Bolívia e no Brasil. O texto parte do pressuposto que a partir das mudanças na economia global ocorridas nas décadas de 80 e 90 houve um fortalecimento dos empreendimentos populares em toda a América Latina que criaram novas formas de ação coletiva, formando com isso, um novo tipo de “inovação social” diferente das estruturas europeias e norte-americanas. O texto é estruturado com base em revisão bibliográfica e pesquisa de campo ainda em desenvolvimento sobre o conceito de “economia solidária” na América Latina.

Palavras-chave: Cooperação. Economia solidária. Inovação social.

Abstract: This text will analyze comparatively the relationship between Solidarity Economy and Social Innovation in Bolivia and Brazil. The text assumes that, starting with the changes in the global economy that occurred in the 80s and 90s, there was a strengthening of popular enterprises throughout Latin America that created new forms of collective action, thus forming a new type of “social innovation”. Different from European and North American structures. The text is structured based on a bibliographic review and field research still under development on the concept of “solidarity economy” in Latin America.

Key words: Cooperation. Solidarity economy. Social innovation.

Resumen: Este texto analizará comparativamente la relación entre Economía Solidaria e Innovación Social en Bolivia y Brasil. El texto asume que a partir de los cambios en la economía global ocurridos en los años 80 y 90, se produjo un fortalecimiento de empresas populares en toda América Latina que crearon nuevas formas de acción colectiva, conformando así un nuevo tipo de “innovación social” diferente a la europea. y estructuras norteamericanas. El texto está estructurado a partir de una revisión bibliográfica e investigación de campo aún en desarrollo sobre el concepto de “economía solidaria” en América Latina.

Palabras claves: Cooperación. Economía solidaria. Innovación social.

¹ Artigo resultante do Projeto de Pesquisa 402885/2018-0 - financiado e apoiado pelo CNPQ no Edital CNPQ/SESCOOP Nº 07/2018.

Recebido em 28 de maio 2021. Aprovado em 26 de junho de 2021.

e-issn: 2177-5788. DOI: <https://doi.org/10.22484/2177-5788.2021v47n1p177-196>

Copyright © 2021. Conteúdo de acesso aberto, distribuído sob os termos da Licença Internacional da Creative Commons –CC BY-NC-SA –Atribuição Não Comercial –Permite distribuição e reprodução, desde que atribuam os devidos créditos à publicação, ao(s) autor(es) e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.




Introdução

A crise, que é o mesmo que estagnação social, ecológica e também, moral e política, enfrentada por países de diferentes regiões do mundo há mais de três décadas, atesta de certa forma os limites do desenvolvimento estreitamente baseado na mercantilização a serviço do enriquecimento privado. Trabalhar pelo desenvolvimento sustentável, segundo Stoessel-Ritz (2013), como um modo de conviver enraizado concretamente nas sociedades, que reflete as opções e iniciativas escolhidas pela sociedade civil, significa para as populações uma reapropriação de seu destino e, portanto, de mudança social. Nenhum angelismo apoia esta afirmação, pois viver em conjunto, conforme consta no *Manifeste Convivialiste* (2013), não pode ser entendido como a busca de uma harmonia utópica, mas como a busca de convenções, regras e instituições que permitam se opor sem massacrar. No entanto, essa afirmação implica uma mudança de rumo essencial para sair de uma neo-modernização que, apesar dos feitiços para a participação da sociedade civil e a conservação do meio ambiente, continua sua própria dinâmica de exploração dos recursos humanos e naturais.

O conceito de inovação social, quando baseado na dinâmica da sociedade civil e da solidariedade, segundo Klein, Laville e Moulaert (2014), é oferecido como uma estrutura para abordar a mudança social de baixo, em uma abordagem, conforme Sousa Santos e Rodríguez Garavito (2013), atenta à lógica emergente de atores que podem ser subordinados. A partir dessa abordagem, as representações econômicas desses atores podem ser reconhecidas como válidas, questionando a *doxa* da ciência econômica focada no capital e sua valorização comercial. Lógicas diferentes das do mercado, baseadas em princípios de solidariedade, podem ser reconhecidas por sua contribuição à organização da produção, trocas, financiamento e consumo.

No entanto, esse *ethos* solidário da inovação social representa apenas um de seus significados, em comparação com outros modelos baseados em um *ethos* comercial, hoje difundido mundialmente, como é o caso dos



negócios sociais e baseados em iniciativas sociais da sociedade civil. Esse universo mescla imaginários econômicos diferentes e, às vezes, opostos, que requerem atenção para explicar não apenas sua lógica interna no nível das representações, mas também sua aplicação concreta. Nesse sentido, a existência de compromissos confirma os acordos que, embora às vezes suaves, não são menos importantes na prática e podem ser ainda mais importantes.

Com base nas experiências latino-americanas, este artigo tem como objetivo realizar um estudo comparativo entre Brasil e Bolívia, questionando as condições para que a inovação social sirva ao desenvolvimento sustentável como uma forma de conviver. A primeira parte retoma o surgimento do paradigma da inovação social, seu significado e seus significados, antes de considerar sob esse ângulo o modelo latino-americano de economia popular solidária e as teorias críticas da modernidade-colonialidade desenvolvidas na região há aproximadamente duas décadas.

Método utilizado é o hipotético dedutivo, valendo-se da revisão bibliográfica realizada com obras gerais sobre economia solidária e específica sobre os países estudados. Também se valeu de dados obtidos em pesquisa de campo – entrevistas semi-estruturadas realizadas em empreendimentos brasileiros e bolivianos - sobre a economia popular de solidariedade, decorrentes de projetos de pesquisa ainda em andamento, desenvolvida pelo autor deste artigo, demonstrando a experiência desses dois países para ilustrar a implementação desse modelo e dessas teorias e analisar as condições de uma contribuição para a economia e o desenvolvimento sustentável.

Inovação Social: *ethos* e representações sociais


Determinar as condições de uma relação positiva entre inovação social e desenvolvimento sustentável significa, acima de tudo, retornar ao surgimento da inovação como paradigma de mudança social.

- Inovação social: emergência e variações em torno de um paradigma

Segundo Klein, Laville e Moulaert (2014), o surgimento do paradigma da inovação social ocorreu na década de 1980. Anteriormente, as teorias dominantes, ortodoxas, baseadas na modernização ou na crítica, principalmente da obediência marxista, compartilhavam globalmente uma concepção de mudança social linear, dando um papel de liderança às determinações econômicas e, portanto, aos agentes públicos ou privados, que devem garantir investimento e crescimento. Nesses modelos de pensamento, as dimensões sociais e políticas do desenvolvimento eram consideradas consequências do crescimento econômico e a questão ecológica estava, no momento, geralmente ausente.

A partir da década de 1980, os limites de concepções estreitas e determinísticas de mudança social são evidentes. A crise das dívidas públicas externas dos chamados países do terceiro mundo, quase sempre acumuladas pelos regimes ditatoriais, torna obsoletas as políticas estaduais de modernização da economia. Enquanto isso, o relatório Brundtland (1987) gera uma conscientização em larga escala dos crise ecológica. A doutrina neoliberal, cuja posição anti estatal encoraja o fortalecimento da sociedade civil, favorece ainda mais a afirmação do papel dos indivíduos e das organizações não-governamentais como motores da mudança. O paradigma da inovação que enfatiza respostas informais criadas localmente a problemas sociais é afirmado. O Centro de Pesquisa sobre Inovações Sociais (CRISES), do Canadá, cristaliza essas tendências ao propor a seguinte definição de inovação social: "uma intervenção iniciada por atores sociais para responder a uma aspiração, atender a uma necessidade, fornecer uma solução ou tirar proveito de uma oportunidade de ação modificar relações sociais, transformar um arcabouço de ação ou propor novas orientações culturais" (KLEIN; LAVILLE; MOULAERT, 2014, p. 11-12, tradução nossa).


Em relação às concepções anteriores de mudança social, estabelece-se um duplo aspecto: em relação a uma parte de seus atores, que



posteriormente colocam a sociedade civil em primeiro plano e, por outro, seus meios e lógica internos, atualmente focado na solidariedade e não apenas no crescimento econômico. É dada atenção especial à lógica não comercial, segundo Moulaert e Nussbaumer (2014), baseada particularmente nos princípios de reciprocidade e autossuficiência.

No entanto, esse aspecto está longe de transformar a inovação social em uma ferramenta mágica a serviço do desenvolvimento sustentável. No que diz respeito à ação, a questão da disseminação e reconhecimento da inovação é levantada em um campo de tensões entre as esferas do mercado, a sociedade civil e as autoridades públicas. Para modificar a estrutura institucional, conforme Hillenkamp e Bessis (2012), a inovação social deve ser um transmissor de um sentimento compartilhado, capaz de promover uma transformação das relações sociais em seus diferentes níveis de codificação. Ele deve influenciar os diferentes sistemas e subsistemas que o compõem. Quanto à solidariedade, diferentes configurações são traçadas, dependendo de estarem localizadas no mesmo grupo social ou entre classes diferentes; entre as gerações presentes ou futuras e pode incorporar uma preocupação ecológica e de acordo com o local atribuído à lógica da concorrência e da propriedade privada.

Um primeiro significado corresponde ao modelo de solidariedade filantrópico. Nesta representação, as iniciativas individuais são valorizadas por sua suposta capacidade de resolver problemas sociais ou ecológicos. A solidariedade é apresentada aqui como um princípio de ação moral, sem questionar diretamente a racionalidade ou o sistema institucional que está na origem dos males que são combatidos. Essa lógica que, na Europa, se baseia na história social do século XIX, por meio de figuras como benfeitoras, reencarnou hoje em certos modelos de empreendedorismo social, negócios sociais e abordagens da base da pirâmide que prometem o crescimento das empresas, ao mesmo tempo que novos níveis de mercado que podem contribuir para a solução de problemas sociais ou ecológicos. A rede Ashoka, fundada pelo americano Bill Drayton, simboliza esse ideal de indivíduos inovadores e movida por uma ética pessoal a serviço da solução



de tais problemas. Esse movimento não só se espalhou por toda a Europa, mas também no leste da Ásia, onde em Bangladesh, por exemplo, empresas multinacionais como Danone ou Veolia fizeram parceria com o Grameen Bank com o objetivo de vender produtos básicos (iogurtes, água) para populações pobres

Nesse sentido de solidariedade e inovação social, os fundamentos do sistema capitalista - maximizando a racionalidade, a propriedade privada e a lógica da concorrência - não são questionados. A representação de uma partição entre uma esfera econômica reduzida à única lógica capitalista e mercantil é mantida, bem como as esferas social e ambiental que lhe seriam estranhas. Se a inovação social pode servir ao desenvolvimento sustentável aqui, é então em um sentido fraco deste último que as tensões e hierarquias entre as lógicas econômica, social e ambiental não são questionadas. O risco é que essas ações sejam reduzidas a uma compensação limitada dos efeitos destrutivos do sistema capitalista e sirvam acima de tudo à legitimação moral de seus atores dominantes.

Um segundo significado ideal e típico de solidariedade, para Klein, Laville e Moulaert (2014), tem como eixo central a democratização da economia e da sociedade. A ênfase é colocada na ação coletiva e na busca pelo bem comum. Esse modelo, reivindicado em particular pela economia social e solidária na Europa e no Quebec e pela economia popular solidária em outras partes do mundo, valoriza a lógica econômica não comercial, que pode ser conceituada, segundo Karl Polanyi (2016), através dos princípios de reciprocidade, redistribuição e autossuficiência. No entanto, esse modelo não escapa às tensões entre esses princípios, em particular entre o princípio de mercado e reciprocidade, ou entre formas de propriedade e apropriação, da propriedade privada a bens comuns e bens públicos. A hierarquia dos objetivos sociais, ambientais e de geração de renda pode ser estabelecida em benefício destes, especialmente em contextos de pobreza, nos quais as inovações em nível local enfrentam múltiplos obstáculos para perpetuar e modificar o quadro institucional.




- A economia popular e solidária como forma de inovação social na América Latina

A América Latina é uma das regiões do mundo em que a economia popular de solidariedade tomou forma e ilustra os vínculos entre o modelo de solidariedade, a inovação social e o desenvolvimento sustentável. Esse paradigma se consolida nas décadas de 1980 e 1990 no vocabulário - economia solidária, economia popular, socioeconômica solidária, economia social - dos movimentos sociais e intelectuais da região. Comparada ao modelo anterior de desenvolvimento estatista, que se concentrou na industrialização na América Latina por substituição de importações, a economia popular de solidariedade manifesta uma visão de mudança que pode ser lida em termos de inovação social, mesmo que esse conceito não exista, geralmente sendo usado localmente.

Pela economia popular, a lógica das classes populares é valorizada em primeiro lugar, insistindo não apenas em sua inserção no modo de produção capitalista, mas também no objetivo específico de suas práticas sociais, econômicas e políticas, segundo Hinkelammert e Mora Jiménez (2009), qualificadas em termos de reprodução prolongada da vida. Até agora, as políticas de modernização só viam nas classes populares um setor tradicional ou informal conveniente para modernizar e formalizar para incorporá-lo ao desenvolvimento econômico, e isso, mesmo que essas políticas tenham incorporado a crítica da CEPAL à dependência centro-periferia.

A partir desse momento, esse setor reivindica seu lugar como ator em um modo de desenvolvimento cujo objetivo e meios se distinguem do modo de produção capitalista. O capital como fator de produção e acumulação, segundo Sarria Icaza e Tiriba (2006), é respondido aqui com a mobilização de mão-de-obra e recursos disponíveis localmente, com vistas à reprodução ampliada da vida.

A solidariedade baseada nas obrigações da comunidade e da família pode ser considerada inerente à economia popular. Com a economia solidária, reafirma-se um modo de solidariedade cidadã, em sintonia com a




democratização das décadas de 1980 e 1990 na região. Solidariedade herdada, solidariedade voluntária associada a modos de decisão democrática em cooperativas, associações, comunidades populares, grupos informais, alguns dos quais alguns têm raízes antigas, mas se multiplicam neste momento para responder às necessidades das populações pobres ou empobrecidos pelas políticas de ajuste estrutural.

Nessas iniciativas, a solidariedade é ao mesmo tempo um projeto voluntariamente elaborado de relações orientadas para a construção de um bem comum e uma interdependência obrigatória para os pobres que enfrentam múltiplas discriminações baseadas, principalmente, nas relações sociais de raça e sexo. Esses grupos recebem o apoio de ONGs, certos governos ou indivíduos simples. Frequentemente, o tipo de solidariedade alegado diante desses grupos é filantrópico, assistencialista, o que cria tensões que devem ser gerenciadas no nível local. Em grandes políticas sociais como o Bolsa Família, no Brasil, a economia solidária é mobilizada como um instrumento para combater a pobreza e a assistência social.

Há, portanto, pontos de convergência entre a economia popular solidária, como modelo cidadão e democrático de inovação social e o desenvolvimento sustentável. Mas eles não são automáticos. Essa economia recupera um conjunto heterogêneo de práticas, modeladas ao mesmo tempo pelas relações sociais locais, nacionais e globais e por diferentes referências ideológicas.

Representações da mudança na América Latina: da economia solidária à descolonialidade

Atualmente, esses referentes são influenciados pela corrente descolonial incentivada por intelectuais como Arturo Escobar, Enrique Dussel, Walter Dignolo, Edgardo Lambert, Santiago Castro-Gómez e Aníbal Quijano. Essa corrente pode ser considerada o duplo herdeiro da Teoria do Sistema Mundial de Immanuel Wallerstein e das Teorias de Dependência Latino-americanas, das quais ele propõe uma superação dupla. Por um lado, o determinismo econômico identificado na Teoria do Sistema Mundial é



descartado para se concentrar nas dimensões cognitivas, culturais e políticas desse sistema. Por outro lado, conforme Martins (2013), o eurocentrismo considerado persistente na oposição entre centro e periferia nas Teorias da Dependência é deslocado por um questionamento radical da modernidade eurocentral, considerada na origem dessa leitura.

A hipótese central é que a colonialidade constitui um elemento inerente à modernidade e um ponto de referência filosófico, sociológico e epistemológico, tão inevitável quanto implícito. Esse ponto de partida nos convida a reconsiderar todas as teorias denominadas eurocentradas, inclusive as críticas, levando em consideração as histórias locais e a colonialidade, segundo Escobar (2003), principalmente através de lugares, alteridades, efeitos de fronteira e posições de externalidade.

Consequentemente, essa crítica sistêmica se alimenta de paradigmas culturais como o Bem-Viver das nações Aimará e andina Quíchua, cujo reconhecimento nas Constituições do Equador e da Bolívia em 2008 e 2009, respectivamente, os colocou na agenda política regional. Hoje, conforme Farah e Vasapollo (2011), a atualização do conhecimento subalterno é desenvolvida com um debate substancial entre aqueles que os consideram práticos, um estilo de vida e uma ética ancestral das comunidades indígenas que devem ser recuperadas e aqueles que colocam o principal enclave na transformação dessa ética no eixo articulador de necessidades mais amplas de democratização, seja de inspiração humanista, marxista, ambientalista, feminista e até religiosa.

A Economia Popular de Solidariedade na Bolívia e no Brasil

Como as novas representações societárias, incorporadas na América Latina pela reavaliação do destaque popular e pela crítica da modernidade-colonialidade, se traduzem em inovações e mudanças no nível de práticas como as da economia solidária? Sob quais condições essas inovações servem ao desenvolvimento sustentável?




- A economia solidária na Bolívia e o desafio da ação pública

No contexto latino-americano, a Bolívia se destaca por sua história enraizada nas culturas indígenas, apresentada pelo governo de Evo Morales, que chegou ao poder em 2006, como base do modelo de boa vida. Neste país de 10 milhões de habitantes, em que a incidência da pobreza permanece em níveis altos - da ordem de 45% - apesar de um declínio significativo desde 2006, a economia comunitária ocorre com frequência, especialmente em discursos do governo, como uma possível via de desenvolvimento endógeno, segundo Morales (2013), que reuniria os princípios e valores ainda presentes nas culturas indígenas.

A realidade, no entanto, é mais complexa. Segundo Betancourt (1999), na década de 1980, no contexto de tensões entre democratização, por um lado, e plano de ajuste estrutural, por outro, organizações econômicas associativas, principalmente no setor agrícola e artesanal, adquiriram uma nova dinâmica. Algumas delas têm raízes antigas, especialmente no cooperativismo da década de 1960. Muitas delas, no entanto, são novas, como associações e grupos informais de mulheres que se multiplicam para enfrentar as condições adversas decorrentes do ajuste estrutural.

Embora a grande maioria de seus membros seja de ascendência indígena, essas organizações não são definidas apenas, ou com tanta frequência, de uma identidade ou ponto de vista cultural. A organização coletiva de pequenos produtores e a justiça social sobre a comunidade são colocadas diante dela. As organizações não-governamentais - um grupo heterogêneo de assistentes sociais recém-profissionalizados, dos quais uma parte importante pertence à classe média - também desempenham um papel importante na criação e apoio de organizações econômicas associativas. Nos anos 90, a demanda por justiça social se associou ao acesso ao comércio justo, introduzindo centralmente o problema da inserção de organizações econômicas associativas no mercado.

No início dos anos 2000, especialmente após o primeiro Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em 2001, as organizações-mãe dessa economia




associativa adotam a terminologia da economia “solidária”, que é imposta no Brasil. Com a eleição de Evo Morales, a referência à economia comunitária aparece em primeiro plano no cenário político, valorizando suas supostas raízes indígenas. As organizações-mãe associadas a essa nova categoria surgem de organizações sindicais e rurais com uma trajetória histórica no país e aliadas ao governo de Evo Morales. Para Hillenkamp e Wanderley (2015), reconhecidos por sua capacidade de mobilização política, elas não são portadoras de um modelo claramente definido de organização econômica.

Diante desse grupo heterogêneo, no qual os jogos de categorização política tendem a monopolizar os debates, é conveniente restaurar o lugar da prática na análise das inovações sociais.

Essas inovações estão localizadas em princípio, ou pelo menos da maneira mais visível, na forma associativa e solidária, de organização de práticas de produção, intercâmbio e financiamento, com o objetivo de gerar renda nas organizações de produtores. A especificidade dessas organizações é indubitavelmente constituída em torno de bens comuns, sejam materiais (equipamentos coletivos, fundos operacionais ou matérias-primas frequentemente cofinanciadas por ONGs) ou, e talvez, acima de tudo, conhecimento, direitos e responsabilidades. Nesta base, a solidariedade assume a forma dupla de relações recíprocas entre produtores e uma lógica de centralização e redistribuição de recursos, que permite o posicionamento coletivo em certos mercados, especialmente naqueles, relativamente protegidos, de comércio justo ou orgânico. No que diz respeito à administração, para Hillenkamp (2013), é um modelo democrático, graças ao debate de espaços e mecanismos de eleição e rotação de grupos, mesmo quando há uma tensão irreduzível entre esse modelo igualitário e o papel dos líderes.


Essas características distinguem claramente o modelo de economia solidária das estratégias de geração de renda mais comuns nos setores populares, centradas no nível individual ou familiar em termos de produção e/ou inserção no mercado. Essas estratégias, para Wanderley (2009),



enfrentam múltiplos obstáculos devido à sua pequena escala, especialmente manifestada em forte concorrência e profunda discriminação em relação às mulheres e povos indígenas, no acesso a mercados, financiamento e treinamento. Em comparação, as práticas de economia solidária inovam por sua dimensão coletiva e democrática e por suas articulações com ONGs que facilitam esse acesso.

Um segundo tipo de inovação social, não muito visível, mas não menos importante, está localizado nos espaços que as organizações de economia solidária permitem que seus membros construam para direcionar atividades geradoras de renda e obras de reprodução social. O último inclui uma ampla gama de tarefas não remuneradas, como trabalho doméstico, cuidar de pessoas, trabalho comunitário, várias atividades destinadas a manter redes locais de proteção e solidariedade e assim por diante. Em um contexto de déficit de política social combinado com uma acentuada divisão sexual do trabalho, segundo Salazar, Jiménez e Wanderley (2009), isso afeta principalmente mulheres, principalmente mulheres pobres, o que implica restrições importantes para o desenvolvimento de uma ou mais atividades geradoras de renda ao mesmo tempo, embora o desemprego e o subemprego masculino tornem essa contribuição importante, mesmo indispensável em muitos casos.

As organizações de economia solidária, particularmente as organizações de mulheres, permitem que as mulheres não apenas organizem essa atividade com base em suas responsabilidades - geralmente trabalhando em parte em suas casas e adaptando horários e reuniões de trabalho coletivos aos da comunidade e da escola - mas também, sob certas condições, conforme Charleir (2011), criar espaços de compartilhamento e debate sobre o trabalho de reprodução social: berçários coletivos, preparação de refeições comuns que, em alguns casos, resultam em associações, mais ou menos perenes, com centros de organizações sociais ou de saúde, debates e, às vezes, treinamentos que favorecem o empoderamento coletivo.




Nesse sentido, essas práticas vão além da simples conciliação e incorporam um potencial de inovação social por meio da divulgação, ao mesmo tempo compartilhando e tornando visível o trabalho de reprodução social. Eles induzem uma reflexão inevitável do desenvolvimento sustentável sobre as relações entre produção paga, objeto de maior atenção e reprodução social.

Por outro lado, vale destacar os limites dessas práticas em vários níveis. Solidariedade implica a aceitação de riscos compartilhados e múltiplas obrigações. As organizações tendem a ser formadas de maneira homogênea, pela auto seleção de membros, o que raramente inclui os mais pobres que não têm os recursos necessários para participar. A coexistência de lógicas comerciais e solidárias também cria tensões importantes que podem constituir uma ameaça à estabilidade das organizações. Quanto às iniciativas das mulheres, elas permanecem frágeis e muitas vezes ambivalentes, correndo o risco de perpetuar sua auto exploração. Em geral, em um contexto de pobreza, a geração de renda *premium* sobre as dimensões social e, portanto, ambiental, pois implica um custo extra ou excesso de trabalho.

Finalmente, as inovações manifestas tendem a ser limitadas no nível das organizações de produtores, sem modificar uma estrutura institucional e de políticas públicas, que geralmente lhes são desfavoráveis ou indiferentes. Após a eleição de Evo Morales, as organizações-mãe da economia solidária apresentaram propostas sobre comércio justo, financiamento solidário, proteção social e tributação, como CIOEC (2007) e Platform (2007). A Constituição de 2009, em seu artigo 306, reconhece a economia comunitária como parte da economia plural boliviana, que deu origem, em 2011 e 2013, a duas leis sobre a revolução da produção agrícola comunitária e a integração de agricultura familiar sustentável e soberania alimentar, respectivamente.

No entanto, esses avanços não se traduzem em uma política voluntária de promoção da comunidade ou da economia solidária. Nesse sentido, segundo Temple, Layme e Michaux (2003) e Morales (2013), as




disputas semânticas e políticas resultantes da aceitação maximalista da economia comunitária e do Bem Viver pelo governo e por alguns intelectuais mancharam a falta de implantes, embora o último realmente afete para empresas públicas. Parece cada vez mais uma reunião fracassada entre governo e organizações de economia solidária, como consequência de um déficit manifesto de diálogo e ação pública para apoiar e desenvolver inovações sociais incluídas nas práticas existentes no nível local.

- Políticas públicas de economia solidária e inovação social no Brasil

Diante dessa evidência, a experiência brasileira até 2016, mesmo com limites próprios, oferece uma contra perspectiva útil para analisar as possibilidades e modalidades de interação entre a dinâmica da sociedade civil e as autoridades públicas na área da economia solidária e da inovação social.

Como na Bolívia, o surgimento contemporâneo da economia solidária no Brasil está no duplo contexto de redemocratização e ajuste estrutural da década de 1980. As iniciativas surgem, em princípio separadamente, que tendem a responder, por ação coletiva, solidariedade e cooperação, às condições adversas criadas pela hiperinflação e, posteriormente, pelas políticas de austeridade, participando da dinâmica da democratização. A Caritas Brasil, por meio de projetos comunitários alternativos, e o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-terra, por meio de cooperativas agrícolas, tiveram inicialmente um papel decisivo. Posteriormente eles serão acompanhados por ONGs, segundo Singer (2002), que buscam a mobilização cidadã e a luta contra a pobreza, além de ONGs feministas interessadas em solidariedade pela emancipação das mulheres dos setores populares


Nos anos 90, houve uma expansão significativa das organizações de apoio à economia solidária. Essa extensão inclui organizações sindicais que se mobilizam para a recuperação de grandes empresas falidas na forma de cooperativas auto gerenciadas por trabalhadores; professores e estudantes universitários que apoiam a criação de cooperativas populares através do



modelo Incubadoras Tecnológicas; além de gestores públicos, emergiram principalmente das fileiras do Partido dos Trabalhadores, segundo Icaza (2005), que implementam políticas para promover a economia solidária no nível municipal (em particular, em grandes cidades como Porto Alegre e, posteriormente, em Recife e São Paulo) e no Estado do Rio Grande do Sul.

A partir desse período, o modelo de economia solidária tem acesso a espaços locais, no momento, em nível estadual. Além disso, práticas de autogestão e solidariedade no nível de iniciativas locais estão intimamente ligadas a uma dinâmica de politização especialmente apoiada por organizações de apoio, das quais muitas, como as do Movimento Sem-terra e organizações sindicais, pertencem a movimentos sociais. No início dos anos 2000, essa dinâmica se traduz em uma articulação em rede dos diferentes componentes do movimento da economia solidária. Foi concretizado em 2001, conforme Lemaître (2009), com a criação, por iniciativa de doze organizações-mãe, incluindo gestores públicos de economia solidária, de um Grupo de Trabalho Brasileiro sobre economia solidária, no âmbito do primeiro Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre. No ano seguinte, no contexto da eleição de Inácio Luiz “Lula” da Silva, para a presidência do Brasil, esse grupo conseguiu criar uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), responsável pela implementação de políticas no nível federal. Simultaneamente, o mesmo grupo permite a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, composto por representantes de iniciativas, organizações de apoio e gestores públicos, concebido como espaço de diálogo e co-construção de políticas com o SENAES.


A SENAES nasceu em 2003 no Ministério do Emprego e Trabalho. Segundo Cunha (2012), sua equipe de liderança é formada por personalidades de diferentes segmentos do movimento da economia solidária, principalmente de incubadoras de universidades de cooperativas populares, Caritas e organizações sindicais. A implementação de políticas de economia solidária não ocorre sem inúmeras dificuldades dentro do Ministério, cujas categorias de ação, interlocutores e indicadores de



resultados, focados globalmente na regulação do trabalho assalariado, não permitem a compreensão das inovações conceituais e organizacionais incluído na economia solidária. Essas dificuldades têm impacto nas relações com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, cujas propostas nem sempre podem ser incorporadas pelo SENAES (2012). Da mesma forma e em geral, a incorporação da economia solidária nas políticas públicas a expõe a calendários eleitorais e lutas pelo poder, radicalizados em 2015 no contexto de uma polarização entre o governo de Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores) e os partidos chamavam de conservadores.

Apesar desses limites, as políticas de economia solidária implementadas em nível federal desde 2003 favorecem as inovações sociais incluídas na economia solidária em vários aspectos. Em um primeiro nível, por meio de diferentes linhas de ação que visam facilitar o acesso ao conhecimento, marketing e financiamento solidário, foram motivadas a criação e o desenvolvimento de iniciativas solidárias e com vistas à autogestão. Especialmente no âmbito do programa “Brasil local”, conforme consta em SENAES (2012), também foi atribuído um lugar à economia solidária e feminista e às dificuldades encontradas pelas mulheres na reconciliação da produção e reprodução social.

No nível operacional, o SENAES tentou lançar seus programas por meio de acordos com governos locais no nível municipal e nos estados federados, bem como através de parcerias com ONGs e formação de agentes de desenvolvimento solidário no comunidades locais. Em geral, essas políticas iniciaram processos de mudança qualitativa lentos e dificilmente mensuráveis, nos quais a adesão à economia solidária implica uma transformação não apenas da organização e cultura do trabalho, mas também das relações sociais e da mobilização política. Por esse motivo, o escopo dessas políticas é relativamente pequeno em termos de número de pessoas envolvidas e não pôde ser comparado com programas de redistribuição em larga escala, como o Bolsa Família, que afeta entre 13 e 14 milhões de famílias. No entanto, em 2010, conforme consta em SENAES




(2012), ações de economia solidária estavam presentes em 17 dos 27 estados federados e em cerca de 200 municípios.

Em um segundo nível, essas políticas servem para consolidar inovações essenciais nas relações entre sociedade civil e autoridades públicas, por um lado, e na articulação entre mobilização política e iniciativas econômicas, por outro, surgidas durante a gestação do movimento econômico e solidário na década de 1990. Essas políticas permitiram o estabelecimento de diferentes tipos de espaços públicos, do nível local ao federal, como fóruns, conselhos, conferências ou mesmo centros públicos de economia solidária, que permitem o encontro e o debate entre os diferentes atores (poderes) públicos, iniciativas e organizações de apoio da economia solidária. Eles também promoveram a formação de redes de economia solidária e interações entre iniciativas no nível territorial, segundo França Filho e Cunha (2009), refletindo a hipótese de que a mobilização social e política, especialmente no nível local, desempenha um papel determinante no desenvolvimento de iniciativas econômicas perenes.

A existência desses espaços obviamente não garante a qualidade das dinâmicas desenvolvidas neles, nem a convergência das visões dos diferentes atores que continuam sendo socialmente diferenciados, mas mostra um modelo de penetração de uma dinâmica de transformação social nos espaços muito diferentes da sociedade civil e do Estado indispensável para a construção de uma nova maneira de conviver.

Considerações finais

A economia solidária na Bolívia e no Brasil ilustra como parte das classes populares latino-americanas, com o apoio de atores da sociedade civil e de certos partidos políticos, tenta estabelecer formas solidárias e democráticas de convivência diante da discriminação e exclusão. Desse ponto de vista, essas experiências são relevantes para a construção de um desenvolvimento sustentável focado especificamente nas sociedades. Seu modelo de ação lança luz sobre três condições importantes para que as inovações sociais de que são portadoras favorecem esse desenvolvimento:



1) Servir para a construção de bens comuns e não apenas de propriedade privada; 2) Ativar uma economia plural articulando princípios de solidariedade no início do mercado e 3) Articular o campo da reprodução social ao campo da produção.

No entanto, o modelo incluído nessas práticas não deve nos fazer esquecer a diferença entre os dois, que lembra as múltiplas condições necessárias para sua realização. Em geral, as práticas de economia solidária são apresentadas como iniciativas parciais, nascidas da pobreza e da urgência em melhorar as condições de existência. Não se confundem com as visões maximalistas de mudança social incluídas em paradigmas críticos, como os da modernidade-colonialidade e do bem-estar adotados por certos governos da região. Se tais visões podem legitimar e, sob certas condições, alimentar essas práticas, elas representam um perigo de negação e marginalização política, como na Bolívia, e podem parecer apenas profundamente inadequadas em resposta à transformação radical que se pode esperar.

Para evitar essa estagnação, surge um grande desafio, como ilustra o caso do Brasil, na construção de alianças realistas entre lutas parciais, representado por diferentes movimentos sociais no país. O seio da sociedade civil. É esse o preço pelo qual um protagonismo popular, que deve ser entendido hoje não como a ação de um sujeito coletivo unificado, mas como o emaranhamento de múltiplas estratégias, pode ser construído e apoiar uma ação pública orientada à consolidação de tais inovações. Tal construção parece essencial na relação de força entre os atores que atuam, ainda que parcialmente, a favor da construção de formas sustentáveis de desenvolvimento, e aqueles que continuam a alimentar a produção e o acúmulo de bens comerciais e privados.

Referências

BETANCOURT, Ana Cristina. **Sistematización de la experiencia de RENACC.** La comercialización comunitaria en el nuevo contexto. Santa Cruz de la Sierra: PADER/COSUDE, 1999.

CHARLIER, Sophie. Empoderamiento des femmes par l'économie populaire solidaire: participation et visibilité des femmes en Bolivie. *In:* GUÉRIN Isabelle, HERSENT, Madeleine, FRAISSE, Laurent (org.). **Femmes, économie et développement.** De la résistance à la justice sociale. Toulouse: Erès, IRD, 2011. p. 155-184.

CIOEC. **Propuesta en el régimen y los derechos económicos para ser considerado en la Asamblea Constituyente.** La Paz: CIOEC, 2007.

CUNHA, Gabriela. **Outras políticas para outras economias:** contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas a economia solidaria (2003-2010). Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo. El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tábula rasa**, Bogotá, v. 1, p. 51-86, 2003.

FARAH, Ivonne; Vasapollo, Luciano. Vivir Bien: ¿Paradigma no capitalista? Ivonne Farah H. / Luciano Vasapollo. **Polis, Revista de la Universidad Bolivariana**, Santiago/Chile, vol. 12, núm. 34, 2013

FRANÇA FILHO, Genauto; CUNHA, Eduardo. Incubação de redes locais de economia solidária: lições e aprendizados a partir da experiência do projeto Eco-Luzia e da metodologia da ITES/UFBA. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 16, p. 725-747, 2009.

HILLENKAMP, Isabelle. **L'économie solidaire en Bolivie:** entre marché et démocratie. Paris: Karthala, 2013.


HILLENKAMP, Isabelle; BESSIS, Franck. L'innovation sociale par l'économie solidaire en Bolivie: une démocratisation des conventions de production et de genre. **Innovations**, Paris, v. 2, n. 38, p. 85-105, 2012.

HILLENKAMP, Isabelle; WANDERLEY, Fernanda. Genèse et logiques de justification de l'économie communautaire et solidaire en Bolivie. **Recma**, Paris, v. 337, p. 41-56, 2015.

HINKELAMMERT, Franz J.; JIMÉNEZ, Henry Mora. Por una economía orientada hacia la reproducción de la vida. **Iconos - Revista de Ciências Sociais**, Quito, v. 33, p. 39-49, 2009.

KLEIN, Juan-Luis; LAVILLE, Jean-Louis; MOULAERT, Frank. L'innovation sociale: repères introductifs. KLEIN, Juan-Luis; LAVILLE, Jean-Louis; MOULAERT, Frank (org.). **L'innovation sociale.** Toulouse: Erès, 2014. p. 07-42.

LEMAÎTRE, Andreia. **Organisations d'économie sociale et solidaire.** Lecture de réalités Nord et Sud à travers l'encastrement politique et une approche



plurielle de l'économie. Tese (Doutorado em Ciências Sociais e Políticas) - Université Catholique de Louvain, Louvain, 2009.

MARTINS, Paulo Henrique. La liberación de América Latina como Sistema-Mundo: impactos sobre el entendimiento del desarrollo. *In*: FARAH, Ivonne; TEJERINA, Verónica. **Vivir bien**: infancia, género y economía. Entre la teoría y la práctica. La Paz: CIDES-UMSA, 2013. p. 67-87.

MORALES, Ayma Evo. Prólogo. *In*: FARAH, Ivonne; TEJERINA, Verónica. **Vivir bien**: Infancia, género y economía. Entre la teoría y la práctica. La Paz: CIDES-UMSA, 2013. p. 09-10.

MOULAERT, Frank; NUSSBAUMER, Jacques. Pour repenser l'innovation: vers un système régional d'innovation sociale. *In*: KLEIN, Juan-Luis; LAVILLE, Jean-Louis; MOULAERT, Frank (org.). **L'innovation sociale**. Toulouse: Erès, 2014. p. 246-261.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens políticas e económicas do nosso tempo. Lisboa: Editora 70, 2016.

SALAZAR, Cecilia; JIMÉNEZ, Elizabeth; WANDERLEY, Fernanda. **Migración, cuidado y sostenibilidad de la vida**. La Paz: Plural, 2009.

SARRIA ICAZA, Ana Mercedes. Politiques publiques et économie solidaire au Rio Grande do Sul. *In*: LAVILLE, Jean-Louis; MAGNEN, Jean-Philippe (org.). **Action publique et économie solidaire**. Une perspective internationale. Toulouse: Erès, 2005. p. 241-57.

SARRIA ICAZA, Ana Mercedes; TIRIBA, Lia. 2006. Économie populaire. *In*: LAVILLE, Jean-Louis; CATTANI, Antonio David (org.). **Dictionnaire de l'autre économie**. Paris: Gallimard, 2006. p. 258-68.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. *In*: SOUSA SANTOS, Boaventura de (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 71-109.

SOUSA SANTOS, Boaventura de; RODRÍGUEZ GARAVITO, César. Alternatives économiques: les nouveaux chemins de la contestation. *In*: HILLENKAMP, Isabelle; LAVILLE, Jean-Louis (org.). **Socioéconomie et démocratie**. L'actualité de Karl Polanyi. Toulouse: Erès, 2013. p. 127-147.

STOESSEL-RITZ, Josiane. Développement durable et sociétés: pratiques citoyennes et transitions démocratiques. *In*: STOESSEL-RITZ, Josiane; BRAHIM, Salhi Mohamed; BLANC, Maurice (org.). **Développement durable, citoyenneté et société civile**. Tunis: Institut de recherche sur le Maghreb, 2013. p. 13-18.

TEMPLE, Dominique; LAYME, Félix; MICHAUX, Jacqueline. **Las estructuras elementales de la reciprocidad**. La Paz: Plural, 2003.

WANDERLEY, Fernanda. **Crecimiento, empleo y bienestar social ¿Por qué Bolivia es tan desigual?** La Paz: CIDES-UMSA, 2009.